



MINUTA DE TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/2026

Processo Administrativo nº. 016/2026

**CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE FAZEM
ENTRE SI, CELEBRAM A CÂMARA
MUNICIPAL DE SANTANA E A
EMPRESA.....**

A **CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 16.430.381/0001-89, com sede na Praça Dr. Pina Ribeiro, nº 76, Santana - BA, CEP: 47.700-000, neste ato representada por seu Presidente, o Vereador **JAKSON AUGUSTO DA SILVA**, inscrito no CPF Nº ***.798.505-**, residente na Rua Santo Antônio, 690, Santana-BA, CEP 47700-000, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] **OU** [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº **016/2026** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 004/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **Aquisição, fabricação, fornecimento, montagem e instalação de móveis planejados e elementos de composição da arquitetura de interiores do Novo Plenário da Câmara Municipal de Santana/BA**, conforme condições, quantidades e especificações estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) o Termo de Referência;
- b) o Edital do Pregão Eletrônico nº 004/2026;
- c) a proposta da CONTRATADA;
- d) o Caderno de Imagens – Câmara Municipal de Santana/BA;
- e) o Caderno Técnico de Interiores – Câmara Municipal de Santana/BA – RV02;
- f) o Descritivo do Projeto de Interiores – RV01;
- g) o Mapa Comparativo de Preços;
- h) demais documentos técnicos, pareceres e anexos constantes do Processo Administrativo nº 016/2026.



1.3. Os anexos técnicos possuem caráter complementar e vinculante, devendo ser observados pela CONTRATADA na fabricação, fornecimento, montagem, instalação, acabamento, ajustes finais e compatibilização dos itens com o ambiente físico do Novo Plenário.

1.4. O item relativo aos quadros fotográficos, eventualmente mencionado nos documentos técnicos anexos, não integra o objeto deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **120** (cento e vinte) dias contados da assinatura deste termo, ou seja, de ____ de _____ de 2026 à ____ de _____ de 2026, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo máximo para execução integral do objeto será de até 90 (noventa) dias corridos, contados do recebimento, pela CONTRATADA, da Ordem de Fornecimento/Serviço acompanhada da Nota de Empenho, compreendendo fabricação, fornecimento, transporte, carga, descarga, conferência de medidas, montagem, instalação, ajustes finais, compatibilização com o ambiente físico do Novo Plenário e limpeza da área de intervenção, em remessa única e execução integrada.

2.3. Caso não seja possível concluir a execução no prazo estabelecido, a CONTRATADA deverá comunicar formalmente as razões à Administração com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, para análise de eventual pedido de prorrogação, ressalvadas situações de caso fortuito, força maior ou fato superveniente devidamente comprovado.

2.4. O prazo de vigência poderá ser prorrogado automaticamente quando o objeto não for concluído no período firmado, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa da CONTRATADA, nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Será vedada a subcontratação do núcleo principal do objeto, assim entendido como a responsabilidade pela fabricação, fornecimento, montagem, instalação, compatibilização e entrega final da solução.

4.2. Poderá ser admitida a subcontratação de serviços acessórios ou complementares, tais como transporte, aplicação de carpete, instalação de perfis de LED ou serviços especializados pontuais, desde que previamente autorizada pela Administração e sem prejuízo da responsabilidade integral da CONTRATADA pela execução do objeto.

4.3. A autorização de eventual subcontratação não estabelece vínculo direto entre a Administração e terceiros subcontratados, permanecendo a CONTRATADA como única responsável pela qualidade, prazo, segurança, regularidade e integral execução contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de **R\$ xxxxxx (xxxxxxxxx)**, conforme especificado abaixo:



Lote 01					
Item	Descrição resumida	Unidade	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	Mesa em formato semicírculo, em MDF padrão Freijó Guararapes ou similar, com estrutura no mesmo material e 10 divisórias internas	Un.	1	R\$	R\$
2	Painéis ripados em MDF padrão Freijó Guararapes ou similar, com ripas de 4 cm e espaçamento de 1 cm, incluindo painéis com perfil de LED quando previsto	Conjunto	1	R\$	R\$
3	Portas de correr ripadas em MDF padrão Freijó Guararapes ou similar, compostas por ripas de 4 cm de largura e espaçamento de 1 cm. Total de 03 portas, cada uma com dimensões de 0,80 m x 2,10 m	Un.	3	R\$	R\$
4	Púlpito confeccionado em acrílico, com altura de 1,19 m no lado menor e 1,37 m no lado maior; largura de 0,60 m; profundidade de 0,40 m	Un.	1	R\$	R\$
5	Carpete cinza grafite, com fornecimento e aplicação, área total estimada de 71,89 m²	m²	71,89	R\$	R\$
6	Ferragens, perfis, acessórios, fixadores, arremates, acabamentos e demais materiais complementares necessários à execução integral	Conjunto	1	R\$	R\$
7	Mão de obra, fabricação, transporte, carga, descarga, montagem, instalação, ajustes finais e limpeza da área de intervenção	Serviço	1	R\$	R\$
Total Geral Estimado					R\$

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.



5.3. O valor contratado corresponde ao preço global do lote único, abrangendo a execução integral do objeto, conforme proposta da CONTRATADA, Termo de Referência, edital e anexos técnicos, não se tratando de contratação por demanda ou por quantitativos variáveis. Eventuais ajustes técnicos necessários à compatibilização da execução com o ambiente físico deverão ser previamente autorizados pela fiscalização contratual e, quando implicarem alteração de escopo, valor ou prazo, observarão o procedimento formal previsto na Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado conforme condições previstas no Termo de Referência, após a regular liquidação da despesa, mediante apresentação da Nota Fiscal ou documento equivalente, acompanhada dos documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista exigidos.

6.2. O pagamento ficará condicionado ao recebimento definitivo do objeto, ou, quando admitido pela fiscalização, ao recebimento da parcela incontroversa efetivamente executada, observadas as regras do Termo de Referência e da Lei nº 14.133/2021.

6.3. Não será devido pagamento por item entregue, montado ou instalado em desconformidade com o Termo de Referência, com o projeto de interiores, com os anexos técnicos ou com a proposta contratada.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

- a) *Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;*
- b) *Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;*
- c) *Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;*
- d) *Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;*
- e) *Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.*
- f) *Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;*
- g) *Cientificar o setor jurídico competente da Câmara Municipal de Santana/BA para adoção das medidas cabíveis quando houver descumprimento de obrigações pela CONTRATADA;;*



- h) *Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.*
 - i) *A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.*
 - j) *Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 10 (dez) dias;*
 - k) *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*
- 8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1. A CONTRATADA deverá executar o objeto de forma integral, compreendendo fabricação, fornecimento, transporte, carga, descarga, conferência de medidas, montagem, instalação, ajustes finais, compatibilização com o ambiente físico do Novo Plenário e limpeza da área de intervenção, em conformidade com o Termo de Referência, edital, proposta e anexos técnicos.

9.1.1. Os bens deverão ser entregues devidamente montados e instalados, em perfeitas condições de uso, sendo vedada a entrega parcial ou sem condições imediatas de funcionamento.

9.1.2. Montagem e Fixação:

- a) realizar a montagem completa do mobiliário, painéis, portas, púlpito, carpete, ferragens, perfis e demais elementos contratados;*
- b) observar o layout e os detalhamentos definidos nos anexos técnicos;*
- c) utilizar ferramentas, insumos e mão de obra qualificada..*

9.1.3. A CONTRATADA deverá, antes do início da fabricação e instalação, realizar conferência das medidas no local de execução, avaliando dimensões, pontos de instalação, interferências, acessos, condições de montagem e compatibilidade dos elementos com o ambiente físico do Novo Plenário.

9.1.4. A execução deverá observar o projeto de interiores, o caderno técnico, o caderno de imagens, o descritivo técnico e demais anexos, não sendo admitidas alterações de padrão, medidas, materiais, acabamento, tonalidade, fixação ou solução construtiva sem prévia autorização da fiscalização contratual.



9.1.5. A CONTRATADA deverá assegurar padronização técnica, estética e visual dos materiais empregados, especialmente quanto ao MDF padrão Freijó Guararapes ou similar, tonalidade, textura, acabamento, ripas, ferragens, perfis, acessórios e demais componentes aparentes.

9.2. **Responsabilidade pela instalação:** A CONTRATADA será integralmente responsável por:

- a) adequação técnica da instalação;
- b) estabilidade, fixação e segurança dos elementos instalados;
- c) segurança dos usuários e preservação do imóvel;
- d) correção de quaisquer falhas decorrentes da fabricação, montagem, fixação ou instalação.

9.3. **Verificação final e entrega em condições de uso:** Após a instalação, a CONTRATADA deverá:

- a) verificar estabilidade, fixação, alinhamento, acabamento, abertura e fechamento das portas, ajustes dos painéis, integridade do carpete e demais condições de uso;
- b) assegurar que todos os itens estejam aptos para uso imediato;
- c) corrigir eventuais não conformidades antes do recebimento provisório.

9.4. **Danos e Responsabilidade:**

- a) O CONTRATADO responderá por quaisquer danos causados ao imóvel, ao mobiliário existente ou a terceiros durante a execução dos serviços de entrega e instalação, devendo promover a reparação imediata, sem ônus para a Administração.

9.5. **Conformidade com o Termo de Referência**

- a) A execução deverá observar integralmente as especificações técnicas constantes no Termo de Referência, sendo vedada a entrega de produtos ou execução de serviços em desacordo com os requisitos.

9.6. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.7. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.8. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.9. O CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- a) *prova de regularidade relativa à Seguridade Social;*
- b) *certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;*



- c) *certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;*
 - d) *Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e*
 - e) *Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.*
- 9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.12. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.13. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.14. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.15. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, se for o caso;
- 9.16. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.17. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.18. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.19. *Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando couber;*
- 9.20. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.21. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.22. *Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.*



CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA CONTRATUAL E GARANTIA TÉCNICA DO OBJETO

10.1. *Não haverá exigência de garantia contratual de execução prevista nos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.*

10.2. Os itens fornecidos, fabricados, montados e instalados deverão possuir garantia mínima de 60 (sessenta) meses, contados do recebimento definitivo do objeto.

10.3. A garantia abrangerá defeitos de fabricação, defeitos de instalação, ferragens, acessórios, descolamento, empenamento, falhas de acabamento, substituição de peças defeituosas e mão de obra necessária à correção.

10.4. Durante o período de garantia, a CONTRATADA deverá realizar substituição ou reparo dos itens defeituosos sem custo adicional para a Administração.

10.5. A garantia não abrangerá danos decorrentes de mau uso, umidade excessiva, infiltrações, impactos, alterações realizadas por terceiros ou desgaste natural dos materiais, desde que tais situações sejam devidamente comprovadas mediante avaliação técnica.

10.6. O atendimento de garantia deverá ocorrer preferencialmente no local onde os bens estiverem instalados. Caso seja necessária remoção de peça ou componente, esta deverá ocorrer sem ônus para a CONTRATANTE e sem prejuízo da funcionalidade mínima do ambiente, quando tecnicamente possível.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. *O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*

12.2. *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readaptação do cronograma fixado para o contrato.*

12.1.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.



12.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.7.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.7.3. Das indenizações e multas.

12.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

12.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

12.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

12.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

12.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

13.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados Poder Legislativo no Orçamento Geral do Município, na dotação abaixo discriminada:

PODER: 01 Poder Legislativo



Órgão: 2 CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA
UNIDADE: 02.01.000 CÂMARA MUNICIPAL
PROJETO: 1.31.001.1.001 Construção, Reforma e Equipamentos do Prédio
Câmara Municipal
Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00 - 1500 Equipamentos e Material Permanente
FONTE: 1500 – Recursos Ordinários.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO

17.1. Fica eleito o foro da comarca de Santana, Estado da Bahia para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Assinado e datado digitalmente, conforme abaixo:

Jakson Augusto da Silva
Presidente da Câmara
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA
CONTRATANTE

XXXXXXX
Cargo/Função
Razão Social
Contratada

Nota Explicativa: A Lei nº 14.620, de 13 de julho de 2023, inseriu o § 4º ao art. 784 do Código de Processo Civil. Referido dispositivo dispõe que: “Nos títulos executivos constituídos ou atestados por meio eletrônico, é admitida qualquer modalidade de assinatura eletrônica prevista em lei, dispensada a assinatura de testemunhas quando sua integridade for conferida por provedor de assinatura”.